



## Análise das Causas do Atraso na Remuneração dos Profissionais de Educação no Município de Ouricuri-PE

*Edson Gomes da Silva<sup>1</sup>; Fabiana Mendes da Costa<sup>2</sup>; Jakleide Fernandes Falcão<sup>3</sup>;  
Sheila Mikaella Alves Rezende<sup>4</sup>; Luzia Coelho Rodrigues<sup>5</sup>*

**Resumo:** O presente estudo pretende contribuir com as discussões a respeito da necessidade de valorização dos profissionais de educação, principalmente sobre a remuneração dos contratados, especificamente do Município de Ouricuri Pernambuco. O mesmo traz como objetivo identificar os fatores responsáveis pela ocorrência do atraso na remuneração dos profissionais contratados, no âmbito da Secretaria de Educação do referido município. Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos foi realizado entrevistas com os gestores onde constatou - se vários motivos que influenciam na gestão financeira causando irregularidade no pagamento de professores contratados. De acordo com a pesquisa, conclui - se que uma das causas do atraso das folhas de pagamento esta relacionado aos repasses do governo federal, pois o município não dispõe de recurso suficiente e depende da complementação da verba federal. Outro motivo e a não realização de concurso público que provoca uma demanda de contratos temporários e consequentemente influencia no atraso do pagamento. Como solução para o problema foi apontada a realização do concurso público que segundo a opinião dos entrevistados sendo os profissionais concursados o repasse do governo federal fica assegurado para complementar à folha de pagamento dos servidores.

**Palavras- chave:** Gestão financeira, controle e remuneração do servidor.

## Analysis of Causes of Delay in the Remuneration of Education Professionals in the Municipality of Ouricuri – PE

**abstract:** The present study intends to contribute to the discussions about the need for valuation of education professionals, especially the remuneration of the contractors, specifically of the Municipality of Ouricuri Pernambuco. The objective of this study is to identify the factors responsible for the delay in the remuneration of the professionals hired, within the scope of the Education Department of the said municipality. In order to reach the proposed objectives, interviews with managers were carried out, in which several reasons were found to influence financial management, causing irregularities in the payment of contracted teachers. According to the research, it is concluded that one of the causes for the delay of payments is related to the transfers from the federal government, since the municipality does not have sufficient resources and depends on the complementation from the federal budget. Another reason is the failure to carry out open public examinations for permanent teacher positions, forcing temporary contracts and consequently influencing the delay in payment. As a solution to the problem, open public examinations were pointed out. According to the opinion of the interviewed professionals, the teacher being a permanent position the federal government transfer would be guaranteed to complement the payroll of the public employees.

**Keywords:** financial management, control and remuneration of public employees.

<sup>1</sup> Bacharelado em Administração Pública da SEaD/Univasf Contato: edsonlindo20@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Bacharelado em Administração Pública da SEaD/Univasf Contato: fabianam.costa@hotmail.com;

<sup>3</sup> Bacharelado em Administração Pública da SEaD/Univasf Contato: jackleide.f.falcao@gmail.com;

<sup>4</sup> Bacharelado em Administração Pública da SEaD/Univasf Contato: sheilamikaela@hotmail.com;

<sup>5</sup> Professora orientadora. Mestra em Administração; docente do Bacharelado em Administração Pública da SEaD/Univasf.



## Introdução

A educação é um dos elementos essenciais para a vivência humana na sociedade, exercendo forte influencia no desenvolvimento social, econômico e cultural do indivíduo. Ela está presente em varias situações que envolvem o sujeito e o meio onde vive. Dessa forma, torna - se um ponto chave para o processo de formação e crescimento intelectual do sujeito e, consequentemente, promove melhorias em todos os aspectos sociais.

Assim, é importante destacar a necessidade da valorização da educação e de todos os profissionais no sentido, ético, moral e financeiro. Por exercer toda essa influencia na vida humana, é essencial que a educação seja tratada como uma prioridade por todos. Portanto, é importante ampliar as discussões sobre a remuneração dos profissionais já que as irregularidades que ocorrem referentes às questões financeiras afetam diretamente o trabalho dos profissionais.

Considerando esses fatores, a principal finalidade da pesquisa é investigar os principais motivos do atraso na remuneração dos profissionais contratados da educação no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco, para compreender as razões que interferem no processo de organização da gestão. Diante disso, o estudo proposto pretende responder à seguinte questão: quais os motivos que provocam atraso na remuneração dos profissionais da educação, contratados pelo Município de Ouricuri - PE?

## Objetivos

A pesquisa tem como objetivo, identificar os fatores responsáveis pela ocorrência do atraso na remuneração dos profissionais contratados, no âmbito da Secretaria de Educação do Município de Ouricuri – PE, e suas implicações para a Educação local.

Para alcançar o objetivo proposto, são apresentados os seguintes objetivos específicos:

a) Verificar, através da percepção dos gestores, os motivos que justificam o atraso no pagamento do funcionalismo; b) Analisar, com base na visão dos entrevistados, as implicações que a falta de pagamento pode causar no processo de ensino aprendizagem.



## **Justificativa**

Entre os diversos fatores que influenciam no processo de desenvolvimento da educação no Brasil um deles é a questão da remuneração para os que exercem funções temporárias. Em alguns estados e municípios isso ocorre frequentemente e tem causado muitos problemas que tem afetado bastante o seu desenvolvimento social. Nesse contexto Baruselli (2015, p. 205) afirma que:

Com salários insuficientes, com alunos vislumbrados com o espetáculo eletrônico, numa época de queda e desprezo dos valores moderados, com famílias se desfazendo, com o hedonismo se alastrando, os jovens sem ideais culturais e sociais, tornam a tarefa do professor extremamente complicada e difícil.

De acordo com as palavras do autor essa entre outras questões, tem sido um fator preocupante porque compromete o processo educacional, afetando diretamente os resultados da aprendizagem. Os profissionais não remunerados ficam impossibilitados de desenvolver suas atividades porque necessitam exercer outras funções para se manterem. Dessa forma, a educação fica defasada, sem qualidade, e isso tem influenciando, negativamente, na vida dos estudantes e no seu processo de aprendizagem, nos locais em que esse problema vem ocorrendo, são notáveis os resultados insatisfatórios em relação ao índice de conhecimento com grau de analfabetismo funcional que preocupa bastante os profissionais de educação (AMORIM et al., 2016).

Diante desse contexto, a pesquisa destaca a importância do papel da gestão pública na administração dos recursos, evidenciando a necessidade de buscar novas estratégias para conduzir a educação. Destaca-se, também, a importância da aplicação adequada desses recursos, principalmente na remuneração dos profissionais, no sentido de promover melhorias no processo de ensino/ aprendizagem.

## **Gestão das Finanças na Educação**

As últimas décadas foram marcadas por inúmeras propostas sobre a educação no Brasil. Diante de várias discussões, uma reforma educacional foi instituída em 1996, ano em



que foi outorgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), que provocou diversas mudanças em todos os níveis educacionais.

A LDB estabeleceu uma reforma geral no sistema de ensino em relação à estrutura física das escolas e à expansão do número de pessoas matriculadas, com melhorias nos recursos didáticos e humanos. Exigiu uma formação adequada para os profissionais de educação em todos os setores, buscando desenvolver outra forma de educação, capaz de melhorar as estruturas educacionais, priorizando - a como elemento essencial para alcançar as metas almejadas pela sociedade brasileira.

Diante de todas essas previsões de melhorias no ensino público brasileiro, principalmente no ensino fundamental, é necessário reconhecer que houve alguns avanços como: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Entre outros projetos, os quais proporcionaram vários pontos positivos para a educação em relação ao seu financiamento e à adequação dos recursos.

Porém, apesar das melhorias que esses projetos proporcionaram à organização do ensino, ainda não podemos afirmar que a educação tenha conseguido alcançar muitos resultados satisfatórios durante os 19 anos da LDB. As distorções em relação aos resultados do ensino público brasileiro têm sido muito evidenciadas em todas as esferas de governo, no país, apresentando dados contraditórios com resultados estatísticos de aprovação, repetência e reprovação muito distantes da realidade. Com relação a esses impasses educacionais, Roitman e Ramos (2011, p.107 a 108) afirmam:

A educação em nosso país parece se vestir com uma burca, com o propósito principal de esconder as suas imperfeições. A educação brasileira vem obtendo avanços quantitativos expressivos nos últimos anos, como a quase universalização do acesso ao ensino fundamental, o crescimento na oferta de vagas no ensino médio, inclusive o profissionalizante, e a criação de mecanismos de estímulo ao acesso ao ensino superior. Não obstante, o reconhecido valor dessas conquistas, a educação brasileira continua a conviver com a falta de vagas em creches e pré-escolas e uma oferta insuficiente no ensino médio. Ao lado disso, um problema antigo permanece: o da qualidade.

Em que pese esse avanço quantitativo na educação pública, a gestão democrática ainda é tema defendido por militantes da educação pública (VIEIRA, 2007), especificamente no que tange ao valor que isso representa para a sociedade. Para a autora, o sucesso da gestão passa



pelas condições de implementação (viabilidade) e pelas condições políticas (aceitação), enfatizando que boa educação requer investimentos elevados. Nesse sentido, um dos componentes fundamentais da gestão é a gestão financeira, a qual envolve outra dimensão importante da gestão, a negociação, o diálogo, a participação da comunidade.

A concepção de gestão democrático-participativa é defendida por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). Para os autores, mesmo dependendo de políticas públicas, a escola pode traçar seu próprio caminho, tendo a autonomia (mesmo que relativa) como fundamento para essa gestão participativa. Portanto, ainda há muito a ser avançado no campo da educação no país.

Ao gestor, cabe planejar e aplicar as diretrizes educacionais, envolvendo os grupos de interesse: professores, discentes, pais, técnicos e comunidade nos projetos educacionais, a exemplo da preparação do projeto pedagógico, do acompanhamento e da avaliação da qualidade dos serviços prestados (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI; 2012).

### **Fatores influentes para o sucesso educacional**

Para obter uma boa educação escolar, são fundamentais diversos fatores como comprometimento familiar, escola qualificada, profissionais bem remunerados, saúde e bem-estar do aluno. Portanto, é necessário que os recursos humanos, tecnológicos e econômicos estejam nivelados para conseguir os objetivos propostos pela escola, ou seja, a qualidade do ensino. Analisando essas exigências, é importante destacar a necessidade de valorização e de investimento na formação docente, já que esse profissional é o elemento fundamental para a evolução da qualidade de ensino e para as conquistas através da educação. Sobre o assunto, Roitman e Ramos (2011, p.36 ) afirmam que:

É um requisito fundamental que o professor do futuro - novo professor - tenha formação adequada para educar o jovem contemporâneo dentro de um contexto da “era do conhecimento”, em que a relação social é influenciada de forma permanente pelos rápidos avanços científicos e tecnológicos.

De acordo com os autores, um bom profissional de educação precisa estar bem preparado pessoal e socialmente e, principalmente, profissionalmente para que o único foco seja o bom desenvolvimento do discente. Pessoalmente, o profissional da educação precisa



estar bem com a família, saúde e finanças. Socialmente, a par dos direitos e deveres da população e dos administradores, e, profissionalmente, disposto a colaborar com o bom desempenho do aluno. Diante disso, é importante destacar a necessidade da formação docente e do seu compromisso com a educação.

A família é outro fator fundamental para a base e estrutura do desenvolvimento do aluno. Perguntas muito simples por muitas vezes não feitas, como por exemplo, como foi à aula? A prova foi boa? Posso ajudar com alguma disciplina? Isso parece simples, mas pode ser fundamental para um bom desempenho escolar.

A colaboração da sociedade no processo educacional está prevista na Constituição brasileira (BRASIL, 1998). Sendo assim, a escola precisa de uma boa organização para lidar com as complexas situações, que surgem diariamente, mas a família também precisa desempenhar seu papel. Assim, a parceria entre família e escola pode ser fundamental para mobilizar valores e conhecimentos.

Além de todos esses fatores, as escolas precisam também estar bem atualizadas em relação aos recursos tecnológicos para que possam socializar conhecimentos através da tecnologia. O uso e a exploração dessas ferramentas tecnológicas, em prol do conhecimento, por parte dos alunos, possibilita a circulação e a ampliação de conhecimentos. Em relação ao uso das tecnologias, Almeida e Freitas (2015, p. 55) afirmam que:

As novas tecnologias oferecem uma gama de recursos que, empregados com as metodologias adequadas, podem solucionar problemas de atendimento de uma demanda em crescimento e levar a criação de ambientes que favoreçam o desenvolvimento de competências técnicas, humanas e gerenciais nos estudantes. Do ponto de vista pedagógico, a informatização dos métodos tradicionais de instrução segue o paradigma instrucionalista. No entanto, pode enriquecer ambientes de aprendizagem onde o aluno, interagindo com os objetivos tem chance de construir o seu conhecimento.

Nesse contexto, é importante lembrar que apesar de contribuir necessariamente para o desenvolvimento social, cultural e profissional, a tecnologia também é uma ferramenta que pode causar problemas e preocupações, necessitando ser sempre bem gerenciadas. A oferta das tecnologias, nas escolas, são investimentos que visam o aprimoramento, as habilidades e conhecimentos que aumentam os rendimentos dos estudantes através da literatura. Por isso, é importante que os governos ampliem a demanda de investimento para a promoção de igualdade e oportunidade sociais aos alunos em todos os níveis educacionais.



## **Atrasos no pagamento de Profissionais Contratados pela Rede Municipal e implicações para o processo educacional**

Analisando especificamente o Município de Ouricuri Pernambuco, é notável que os problemas relacionados à educação tenham se agravado nos últimos meses devido a diversos fatores como o crescente número de profissionais contratados e o atraso no pagamento desses profissionais. O que pode trazer implicações tanto para o desempenho dos alunos quanto para os professores da rede municipal.

No tocante ao aluno, a troca constante de docentes pode ser fator complicador e, conseqüentemente, pode prejudicar o rendimento escolar. Essa situação poderia ser amenizada com a regularização do pagamento dos profissionais contratados. Conforme afirma Dib (2015, p.219), profissionais da educação “precisam ser valorizados e continuamente formados”.

Considerando as palavras do autor, constata-se que um dos investimentos mais necessários para se fazer educação é valorizando os profissionais de educação e oferecendo oportunidade de qualificação profissional desde o ingresso na carreira. É essencialmente importante também que tenha incentivo da família e de outras instituições que compõem a sociedade, pois a falta de valorização dos profissionais, em relação às questões financeiras, tem conduzido muitos educandos a caminhos tortuosos na sociedade, sendo que o professor sobrecarregado pouco pode fazer em relação a essa questão.

Vale destacar que a legislação brasileira é bastante clara em relação aos direitos educacionais para o cidadão, garantindo educação de qualidade, para todos, entre outros direitos que influenciam diretamente na sua formação e para o exercício da cidadania. Contudo, nem sempre o que consta na lei é exercido na prática. Sobre essa constatação, Colares, Pacífico e Estrela (2009, p. 13) afirmam que:

A grande questão que se coloca, portanto, no momento atual, não é tão somente assegurar, na Lei, o direito, mas garanti-lo de fato, na prática social, o que implica o acesso, permanência e aprendizagem na escola, problema ainda enfrentado pela educação brasileira, haja vista os resultados dos indicadores educacionais que tiram o sono daqueles e daquelas que sonham com uma educação de qualidade para todos e todas.



Considerando o relato dos autores, percebe-se que apesar da existência de várias leis que asseguram o direito a educação no Brasil, o professor ainda convive com vários impasses que dificultam a efetivação do seu trabalho, situação essa vivenciada em vários municípios brasileiros.

No que tange a dificuldades encontradas por profissionais contratados para a função de professor, Pinto (2009. P. 56) destaca que:

O empregador, público ou privado, paga um valor de hora-aula vergonhoso, argumentando que o professor pode exercer a atividade em outras redes, e o docente torna-se cúmplice de um estelionato educacional transformando-se em mero intérprete de aulas, repetidor de conteúdos vazios de significado para ele e para os alunos. Os próprios sindicatos tendem a cair, também, nessa armadilha, ao defender, nos planos de carreira, a existência de jornadas docentes que permitam a dupla ou tripla jornada.

Nesse contexto, destaca-se a existência de profissionais desenvolvendo diversas funções, professores atuando em várias escolas, em três turnos, sem condições de desenvolver as aulas com qualidade.

## Metodologia

A pesquisa pode ser classificada, quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva, pois propõe a descrição (BONAT, 2009), da percepção de gestores municipais sobre o atraso na remuneração de profissionais contratados para a educação. Com abordagem qualitativa.

A unidade de estudo foi a Secretaria de educação e de finanças do município de Ouricuri - PE, contexto da gestão de pagamento dos profissionais contratados para a educação, corte temporal 2016. Os sujeitos de pesquisa foram o prefeito, o secretário de finanças e o secretário de educação. As informações foram coletadas durante o período de 15 a 30 de Janeiro de 2017, através de uma entrevista semiestruturada, onde foi relatada a percepção desses gestores sobre as possíveis causas do atraso da remuneração dos profissionais contratados.

A técnica de coleta utilizada para coletar as informações foi entrevista semiestruturada (REIS, 2009), pois oferece autonomia, ao pesquisador, no direcionamento das informações. As informações coletadas foram tratadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006),



considerando o significado que os participantes atribuem ao fenômeno em estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Foram observados os critérios éticos, na pesquisa, assegurando os fundamentos para a pesquisa com seres humanos.

## **Resultados e Discussão**

A partir da percepção dos gestores entrevistados, os resultados passam a ser apresentados, por categorias temáticas, segundo Bardin (2006).

### **Motivos que justificam, a partir da percepção de gestores, o atraso no pagamento do funcionalismo.**

Os resultados encontrados no presente estudo apontam varias razões para o atraso de pagamentos dos profissionais contratados da educação no município de Ouricuri - PE. Essas motivações foram constatadas a partir da realização das entrevistas onde os gestores relataram os seguintes fatores:

O motivo principal da causa do atraso das folhas de pagamento dos contratados é justamente os repasses do governo federal. Eles não são frequentes e isso faz com que a prefeitura não tenha uma programação fixa e certa de fazer esses pagamentos, mensalmente, dentro da programação de seu calendário (Entrevistado 1).

Infere-se, a partir do relato, que a remuneração do quadro de professores contratados depende, exclusivamente, da descentralização de recursos federais. Essa dependência é enfatizada na fala de outro participante:

Fica muito fácil explicar, por conta da oscilação que está acontecendo no repasse de todas as prefeituras não só de Ouricuri, mais em todo o Estado de Pernambuco. Infelizmente nosso município depende dessa verba do governo federal e das verbas do governo do Estado que, ultimamente, está tendo um atraso muito grande no repasse. Como também houve uma diminuição muito grande desse recurso. Só para vocês terem uma ideia, já chegou a ter perdas em torno de 20% no Fundo de Participação do Município ( FPM). Esse recurso serve para complementar todos os gastos da prefeitura [...] então o que chega do governo federal não é suficiente para o



pagamento de todos os contratados e todos os concursados, por isso o atraso nos salários (Entrevistado 2).

Reitera-se, a partir do relato, a dificuldade para a escola traçar seu próprio caminho, por meio da gestão democrático-participativa, concepção defendida por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). A preocupação com a dependência de políticas públicas emerge em outro relato:

Com a redução do FPM, em relação ao aumento de combustíveis, peças e manutenção da frota de veículos da prefeitura, o aumento no valor dos medicamentos e despesas grandes, superou o índice do FPM e o município não tem receita própria, dependendo, assim, do IPTU e ISS que são baixos (Entrevistado 3).

Nota-se, a partir da percepção do entrevistado, o comprometimento da autonomia no que tange à gestão financeira, componente importante da gestão democrática (VIEIRA, 2007), que pode comprometer a execução de políticas públicas educacionais.

### **Compromissos da gestão municipal com a administração das finanças, destinadas ao pagamento dos contratados da educação.**

Sobre as verbas destinadas a educação os entrevistados destacaram que não existe uma verba destinada ao pagamento de contratados e, é feito um controle dos gastos. Porém, como já foi relatado, a demanda de contratos e o atraso no repasse, bem como a diminuição dos recursos têm gerado impasse em relação aos pagamentos. Sendo assim, apesar dos esforços que estão sendo feitos, não conseguem manter a folha de pagamento, em dia, diante de outros compromissos que a gestão tem com a educação.

Na verdade não tem uma verba específica para o pagamento dos contratados. Recebemos o repasse do governo federal e, desse repasse, é feito o pagamento dos professores, auxiliares e efetivos. [...] dos 40%, também é utilizado para fazer investimento nas escolas. Já com os contratados, sempre há uma complementação do FPM do município e ultimamente [...] esse recurso está vindo sempre com grande quebra de repasse por conta da crise que está assolando todos os municípios brasileiros. Portanto, quando há essa queda de receita no FPM do município há uma dificuldade para efetuar os pagamentos dos contratados, tendo em vista que utilizamos uma parte do recurso do governo federal e outra parte da complementação do município (Entrevistado 2).



Como medida de resolução do problema nos atrasos salariais os entrevistados destacaram a realização do concurso público como meio eficaz para evitar esses transtornos que vêm ocorrendo, envolvendo funcionários e gestão. Isso, tanto em relação ao pagamento de salário quanto à melhoria de outras funções da educação, desenvolvidas, há anos, por profissionais temporários que não permanecem por muito tempo na função devido a atrasos no pagamento.

De acordo com os relatos, a não realização de concurso público é um dos principais motivos para a dependência financeira, provocando demanda por contratos temporários e, conseqüentemente, causando transtornos para a gestão da folha de pagamento dos profissionais da educação. Agravando a situação de grande parte das escolas, tanto em relação à ausência de profissionais do quadro permanente quanto às condições de trabalho, principalmente no que tange aos recursos didáticos, condição desfavorável ao ensino-aprendizagem, que pode afetar, negativamente, a educação ofertada pelo município.

Em relação às consequências dos atrasos salariais dos contratados da educação todos têm consciência de quanto isso tem afetado os profissionais e, conseqüentemente, pessoas de outros segmentos, atingindo comércio local e comunidade em geral, prejudicando principalmente os povoados e vilas do município onde a maioria dos empregos depende da prefeitura.

### **Opiniões dos entrevistados sobre as implicações para o processo de ensino-aprendizagem, provocadas pela irregularidade no pagamento dos profissionais contratados.**

Sobre as implicações dos constantes atrasos nos pagamentos dos profissionais contratados, para o ensino-aprendizagem, os participantes entendem que a desmotivação dos profissionais docentes pode causar prejuízos aos alunos, afirmando que “[...] a falta de estímulo do servidor, devido à falta de salário, desmotiva o aluno e prejudica a aprendizagem”.



Sabemos que quando os contratados estão com seus salários atrasados, às vezes, se tornam desanimados, desmotivados (entrevistado 1). O atraso de salário nunca é bom. Todo mundo que trabalha, quer receber seus salários em dia (entrevistado 2).

Considerando todas essas questões, os entrevistados enfatizaram mais uma vez que a realização do concurso pode minimizar o problema da falta de pagamento, uma vez que, segundo os participantes, o governo federal complementa a folha de pagamento dos servidores efetivos. Destacaram também que a realização do concurso pode oferecer melhorias, de maneira geral, principalmente da qualidade do ensino diante do novo quadro de profissionais concursados que serão introduzidos na educação do município de Ouricuri – PE, conforme sugerido pelos relatos dos participantes.

### **Considerações Finais**

O presente estudo buscou enfatizar a necessidade da valorização dos profissionais da educação, especificamente a discussão sobre a remuneração dos profissionais contratados, pelo Município de Ouricuri - PE localizado no sertão pernambucano, descrevendo a percepção de gestores sobre a gestão financeira e as implicações da irregularidade no pagamento de professores contratados.

De acordo com os relatos dos participantes, infere-se que grande parte dos problemas que afetam a educação, no município pesquisado, tem relação direta com o pagamento do funcionalismo, especificamente os constantes atrasos no pagamento, devido à falta de recursos e ao não repasse deles por parte do governo federal.

A não realização de concurso público, desde o ano 2000, surge como principal motivo para a dependência financeira, provocando demanda por contratos temporários e, conseqüentemente, causando transtornos para a gestão da folha de pagamento dos profissionais da educação.

Diante das informações obtidas, conclui-se que pela necessidade de melhorias das práticas administrativas, principalmente no que concerne à autonomia financeira. Resultados apontam a realização de concurso público para professor como solução para amenizar problemas relativos ao atraso nos pagamentos, bem como viabilizar a liberação de recursos para o município. No entanto, para o avanço educacional, precisa haver alinhamento entre



gestão administrativa e acadêmica, o que requer o exercício da gestão participativa, envolvendo escola e comunidade.

Como desdobramento futuro, sugere-se a realização de estudos, envolvendo outros atores do processo educacional, a exemplo de professores e alunos, além da análise de outras dimensões da gestão educacional.

## Referências

AMORIM, Paulo, et al. **Ambiente Econômico e Aprendizagem**. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Marcus Garcia de; FREITAS, Maria do Carmo Duarte (org.). **Desafios permanentes: Projeto Político Pedagógico, Gestão escolar, métricas no contexto das TICs**. Rio de Janeiro, BRASPORT, 2015, 4 v. disponível em: <<http://www.brasport.com.br/e-books/atualidades/ebook-a-escola-no-seculo-xxi-volume-4-desafios-permanentes/>>. Acesso em: 25 jun.2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARUSELLI, Franco. *A vida é bela e la nave vá*. São Paulo - SP. Baraúna. 2015.

BONAT, Débora. **Metodologia da Pesquisa**. 3ª. ed. Curitiba - PR. IESDE BRASIL S.A, 2009.

BRASIL. Artigo 205 Constituição Federal Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Dispões sobre Educação, da Cultura e do Desporto. Disponível em: [https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp). Acesso em 25 de novembro de 2016.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; PACÍFICO, Juracy Machado; ESTRELA, George Queiroga (org.). **Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Curitiba, CRV, 2009.

DIB, Caio. **Caindo no Brasil: Uma viagem pela diversidade da educação**. Câmara Brasileira do Livro, SP. Brasil: Editora do Autor, 2015.

FERNANDES, P.T.B. **A gestão democrática em uma escola pública: o perfil de participação dos pais e suas percepções sobre a mesma**. 2016, 177 f. Dissertação (mestrado). UNESP, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2009.



LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012

PINTO, José Marcelino Rezende. Revista Retratos da Escola. **Remuneração adequada do professor**: Desafio à educação brasileira. Brasília - DF. 2009. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/101/290>. Acesso dia 30 de junho 2017.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. **Metodologia da Pesquisa**. 2ª Ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2009.

ROITMAN, Isaac; RAMOS, Mozart Neves. **A Urgência da Educação**. São Paulo: Moderna. 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.



**Como citar este artigo (Formato ABNT):**

SILVA, Edson G.; COSTA, Fabiana M.; FALCÃO, Jalleide F.; REZENDE, Sheila M. A. Análise das causas do atraso na remuneração dos Profissionais de Educação no Município de Ouricuri – PE. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Julho de 2017, vol.11, n.36, p.313-326. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 14.07.2017

Aceito: 17.07.2017